



Cursos de Serviço Social no período 2006-2022: expansão e fragilização da formação¹

Social Work courses in the period 2006-2022: expansion and weakening of training

Larissa Dahmer Pereira*

 <https://orcid.org/0000-0002-4449-8184>

Andreza Telles dos Santos Ferreira**

 <https://orcid.org/0000-0003-2767-7356>

Ingridilaine Carreiro de Oliveira Azevedo***

 <https://orcid.org/0009-0001-3017-2589>

RESUMO

O artigo apresenta uma análise da educação superior brasileira, seu processo expansivo no pós-2000 e, por sua vez, expõe dados relativos aos cursos de Serviço Social, por natureza jurídica e modalidade de ensino. Como procedimentos metodológicos, desenvolvemos pesquisa bibliográfica e documental, por meio de bibliografia específica relativa à educação superior brasileira e do levantamento de dados nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior, entre os anos de 2006 e 2022. A coleta dos dados relativos aos cursos de Serviço Social abrangeu: (i) o quantitativo de cursos por modalidade de ensino e natureza jurídica; (ii) as vagas ofertadas por modalidade de ensino; (iii) as matrículas por modalidade de ensino e natureza jurídica; (iv) os ingressantes por modalidade de ensino; e (v) os concluintes por modalidade de ensino e natureza jurídica.

¹ A redação do artigo é de autoria da docente responsável pela pesquisa. A equipe de pesquisa, envolvendo discentes de Doutorado, Mestrado e Iniciação Científica, colaborou com a atualização/análise/revisão dos dados, sob a orientação/supervisão da docente. A 2ª coautora, discente de Doutorado, participou do artigo na parte relativa aos resultados do trabalho, organizando os dados em tabelas/gráficos, bem como, a sua revisão. O artigo é resultado de pesquisa em andamento, com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq.

*Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Pós-Doutoranda em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico nível 2 (CNPq, Distrito Federal, Brasil). E-mail: larissadahmer@hotmail.com

**Assistente Social. Mestre em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, Brasil). Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB, Brasília, Brasil). E-mail: andreza.telles@gmail.com

***Assistente Social. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, Nova Iguaçu, Brasil). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, Brasil). E-mail: ingridilainecarreiro@gmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2025v25n49p343-360



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2025 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Por fim, nos achados parciais da pesquisa, problematizamos o fato da formação em Serviço Social ser realizada, majoritariamente, em cursos à distância e as implicações de tal processo para a configuração de um perfil de assistente social muito distante daquele preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais construídas pela ABEPSS na década de 1990.

PALAVRAS-CHAVE

Educação superior; Formação em Serviço Social; Cursos presenciais; Cursos EaD; Perfil profissional.

ABSTRACT

The article presents an analysis of Brazilian higher education, its expansive process in the post-2000 period and, in turn, presents data relating to Social Service courses, by legal nature and teaching modality. As methodological procedures, we developed bibliographic and documentary research, through specific bibliography relating to Brazilian higher education and data collection in the Statistical Synopses of Higher Education, between the years 2006 and 2022. Data collection relating to Social Service courses covered: (i) the number of courses by teaching modality and legal nature; (ii) the vacancies offered by teaching modality; (iii) enrollments by teaching modality and legal nature; (iv) entrants by teaching modality; and (v) graduates by teaching modality and legal nature. Finally, in the partial findings of the research, we problematize the fact that training in Social Work is carried out, mostly, in distance learning courses and the implications of such a process for the configuration of a social worker profile that is very distant from that recommended by the National Curricular Guidelines constructed by ABEPSS in the 1990s.

KEYWORDS

Higher Education; Training in Social Work; In-classroom Education; Distance Education.

Introdução

O Ensino a Distância (EaD) foi autorizado a funcionar, em todos os níveis e modalidades de ensino, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seu artigo 80². Tratava-se, segundo os legisladores, de democratizar o acesso à educação e o EaD seria um meio para alcançar pessoas distantes de equipamentos educacionais e corrigir desigualdades regionais³. Os anos 1990 ampliaram tal possibilidade, especialmente com o avanço da tecnologia e com o interesse das empresas que viram em tal modalidade, sobretudo, uma estratégia⁴ de maximização de lucros.

Assim, desde meados da década de 1990, o EaD passou a ser amplamente utilizado, inicialmente na formação de professores (Licenciaturas) e, posteriormente, no início dos anos 2000, em outras profissões, tal como a do Serviço Social.

As críticas, tanto no campo da Educação quanto na do Serviço Social⁵, foram severas, argumentando, os críticos do EaD, que a formação à distância não proporcionaria uma

² Conforme a LDBEN: “Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (Brasil, 1996).

³ O PNE (2001–2010) reserva um capítulo para o EaD. E assim afirma em seu diagnóstico: “No processo de universalização e democratização do ensino, especialmente no Brasil, onde os déficits educativos e as desigualdades regionais são tão elevados, os desafios educacionais existentes podem ter, na educação a distância, um meio auxiliar de indiscutível eficácia” (Brasil, 2001). Para o acompanhamento dos Planos Nacionais de Educação, cf. <https://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2024.

⁴ Concordamos com Barreto (2019) de que se trata, sobretudo, de uma estratégia de expansão de grandes corporações que exploram o setor educacional. O uso da expressão “estratégia” nos possibilita questionar, a fundo, a que e a quem serve tal formato de expansão da educação superior no Brasil.

⁵ Cf. obra organizada por Vale e Pereira (2019), que reúne pesquisadores de ambos os campos, Educação e Serviço Social.

“formação” propriamente, com relações dialogadas, aproximação com diversos docentes, inserção em projetos de ensino, pesquisa e extensão e formação crítica da realidade. Tratava-se, sobretudo, de um processo de certificação, “sanando” a demanda da população pelo diploma de nível superior sem grande investimento do poder público e, sobretudo, abrindo um amplo nicho de valorização do capital em tempos de crise no processo de acumulação (Pereira, 2009).

Podemos, em uma visão panorâmica, demarcar três momentos expansivos da educação superior brasileira:

- (i) o primeiro, localizado no período da ditadura empresarial-militar, quando houve um afastamento da Igreja Católica e uma aproximação do empresariado, dono do segmento escolar, que se interessou pela abertura de faculdades isoladas, especialmente nas áreas de Humanas e Ciências Sociais Aplicadas;
- (ii) o 2º momento abrange os anos 1990 — especialmente nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995–2002) — período de contrarreforma do Estado brasileiro, implantação de políticas de corte neoliberal, importante crescimento da participação empresarial e a abertura da legislação para que a educação superior se tornasse um nicho de mercado;
- (iii) por fim, o 3º momento localiza-se no período 2003 a 2016, nos governos Lula (2003–2010) e Dilma (2011–2016), com forte expansão do setor privado-mercantil, mas, também, significativo aumento de instituições públicas federais e, por sua vez, de matrículas. Destaca-se, nesse período, a concentração/centralização de capital em conglomerados que exploram o setor da educação superior e a entrada deles na Bolsa de Valores⁶.

No período posterior a 2016, as matrículas na educação superior permaneceram em ascensão, ainda que a “novidade” desse processo tenha sido o crescimento importante das matrículas ofertadas à distância, enquanto os cursos presenciais tiveram redução significativa no quantitativo de matrículas⁷. O pós-2016, com o golpe jurídico-parlamentar contra a presidenta Dilma Roussef e a ascensão do então vice-presidente Michel Temer ao cargo, foi acompanhado de intensa crise econômica, política e social, além de medidas de cortes e restrição de direitos, o que atingiu fortemente a política de educação superior⁸.

Em 2018, com a eleição do candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro, associado à pandemia do Coronavírus⁹, o decréscimo de matrículas em cursos presenciais permaneceu, com restrições orçamentárias relativas ao setor público e uma campanha por parte do governo federal de combate às instituições públicas, nas quais supostamente residiria o

⁶ Cf. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (2023).

⁷ Cf. dados organizados por Pereira e Ferreira (2023), que demonstram a perda progressiva de espaço do ensino presencial na educação superior e o aumento da participação do EaD.

⁸ Cf. Sguissardi (2023).

⁹ A pandemia do Coronavírus foi decretada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, sendo declarado o fim da emergência de Saúde Pública somente três anos depois, em 5 de maio de 2023. No Brasil, até maio de 2025, foram contabilizados 716.192 (setecentos e dezesseis mil cento e noventa e dois) óbitos. Cf. https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html e <https://www.paho.org/pt/historico-da-emergencia-internacional-covid-19> Acesso em: 28 maio 2025.

“marxismo cultural”¹⁰. No pós-2018, frente à crise instalada e ao quadro de pandemia, as matrículas presenciais na educação superior obtiveram um decréscimo importante, com ascensão das matrículas em cursos EaD¹¹.

Ao observar a profissão do Serviço Social, é possível constatar que o Serviço Social acompanhou esse processo mais amplo da política educacional brasileira: as matrículas nos cursos de Serviço Social — cuja formação entre os anos 1930 à década de 1960 foi dominada pela presença da Igreja Católica — ampliaram-se via setor privado-mercantil, nos anos 1960/1970/1980; nos anos 1990 os cursos privados presenciais cresceram substancialmente, inseridos em instituições privado-mercantis¹² e, nos anos 2000, tivemos dois movimentos significativos para a profissão, que aqui merecem destaque:

a) a criação e o crescimento de cursos ofertados à distância e, de forma exponencial, as matrículas ofertadas por tais cursos¹³;

b) a abertura de cursos públicos de Serviço Social em instituições federais, sendo o período em que mais cursos públicos foram criados, na história da profissão¹⁴.

A expansão dos cursos públicos de Serviço Social, inseridos em Instituições Federais de Educação Superior (IFES), ocorreu entre os anos 2003 e 2016, no contexto de implantação de políticas públicas de democratização do acesso à educação superior.

No período dos governos Lula e Dilma, diversos programas foram criados, com vistas a expandir tal acesso, além de políticas de permanência estudantil. Podemos citar, no período, políticas de fortalecimento do setor público, tais quais, o Programa Expandir (2003-2006) (Brasil, 2005), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (2007-2012) (Brasil, 2007), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) (Brasil, 2006) e, ainda, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (Brasil, 2010).

Por sua vez, os referidos governos também desenvolveram políticas que impulsionaram o setor privado-mercantil, como a alocação de recursos públicos de forma direta, por meio do financiamento, com a continuidade do Fundo de Financiamento ao Estudante (FIES) (Brasil, 2001) e indireta, com o Programa Universidade para Todos (PROUNI), por meio de isenção fiscal às instituições privadas em troca de bolsas estudantis (Brasil, 2005).

Podemos afirmar, de um lado, que o setor privado-mercantil cresceu de forma exorbitante,

¹⁰ Para análise do ataque à autonomia das instituições públicas, consultar: Giolo, Leher e Sguissardi (2020).

¹¹ Cf. Leher (2019), que realiza uma crítica contundente às ações implementadas nos governos Temer e Bolsonaro, de ataque à educação superior pública, à autonomia das instituições e que proporcionou o fortalecimento do setor privado-mercantil.

¹² Para uma análise desse amplo período, cf. Pereira (2022).

¹³ Cf. dados recentes colhidos e analisados por Pereira e Ferreira (2023).

¹⁴ “O período localizado entre os anos 2003, primeiro ano do governo Lula, e 2016, último ano do governo Dilma, criou a maior quantidade de cursos públicos de Serviço Social desde o seu surgimento, na década de 1930. [...] o período 2003–2016 criou mais de metade dos cursos públicos (53%) cadastrados atualmente no sistema e-MEC: do total de 64 (sessenta e quatro) cursos públicos de Serviço Social, 34 (trinta e quatro) foram criados no período entre 2003 e 2016, superando os anos da ditadura civil-militar, que até então era a maior responsável pela criação do maior número de cursos públicos de Serviço Social (12 - doze - cursos entre 1964 e 1989) no país, seguido do período liberal-democrático (1946/1963, 8 - oito - cursos)” (Pereira, 2018, p. 192).

beneficiando-se das políticas estatais de expansão da educação superior. Tal setor fortaleceu-se econômica e politicamente, drenando recursos públicos para o seu crescimento¹⁵. Um aspecto fundamental a considerar é o processo de financeirização da educação superior, que se desenvolve substancialmente a partir de meados dos anos 2000¹⁶. Por outro lado, constata-se o importante crescimento do setor público, até 2016, com a criação de novas instituições federais, o processo de interiorização das IFES e, decorrente de tais políticas associadas à Lei de Cotas (Brasil, 2012), tivemos uma significativa mudança do perfil discente das instituições federais, explicitando parte do processo de democratização a que aludimos¹⁷.

No período pós-2018, observamos a diminuição de matrículas nos cursos presenciais privados de Serviço Social, a estagnação em cursos públicos e o crescimento nos cursos à distância. Contudo, mesmo que o crescimento de matrículas tenha diminuído, no pós-2018, o quantitativo delas, à distância, é muito superior ao dos cursos presenciais, o que traz implicações para o perfil de assistente social formado.

Após essa breve problematização, apresentaremos dados relativos aos cursos presenciais e EaD, indicando algumas tendências para a formação dos assistentes sociais brasileiros.

Procedimentos metodológicos

Para a consecução do objetivo proposto — apresentar, de forma comparativa, o crescimento dos cursos de Serviço Social ofertados à distância e os presenciais, por natureza jurídica da instituição (público x privado) — foram utilizados dados extraídos das Sinopses Estatísticas da Educação Superior, disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculada ao Ministério da Educação (MEC)¹⁸. A pesquisa documental foi realizada nas Sinopses Estatísticas referentes aos anos de 2006 a 2022. O recorte temporal do ano de 2006 justifica-se em virtude do surgimento do primeiro curso de Serviço Social na modalidade EaD ter ocorrido no respectivo ano. Assim, a comparação relativa aos cursos presenciais de Serviço Social será realizada a partir do ano de 2006. A pesquisa foi até o ano de 2022, considerando o último ano do governo Bolsonaro. Além desse ser o último documento publicado pelo INEP/MEC, até a data de realização da pesquisa.

Os dados extraídos e analisados são os seguintes: (i) quantitativo de cursos; (ii) vagas ofertadas; (iii) matrículas; (iv) ingressantes; e (v) concluintes. A partir da extração dos dados, produzimos gráficos e tabelas, com o objetivo de possibilitar a visualização do ritmo de crescimento de tais cursos, em comparação com os cursos presenciais, públicos e privados, analisados em seguida.

¹⁵ Cabe lembrar a histórica presença do setor privado e, inclusive, sua influência política na formatação da educação superior, em distintos momentos da vida política brasileira.

¹⁶ Cf. Sguissardi (2023), um texto que traz dados e análises ricas sobre a expansão da educação superior no Brasil.

¹⁷ Cf. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos/as Graduandos/as das IFES (ANDIFES/FONAPRACE, 2019).

¹⁸ O grupo de pesquisa coordenado pela docente responsável pela pesquisa mantém um banco de dados dos cursos de Serviço Social, alimentando-o com dados atualizados de forma constante.

Resultados

Inicialmente, apresentamos o quantitativo de cursos, distribuídos por modalidade de ensino e natureza jurídica (Tabela 1 e Gráfico 1).

É interessante perceber o crescimento dos cursos ofertados à distância, que, de 2019 para 2022, especialmente, deram um “salto” de crescimento, quase dobrando o número de cursos EaD: de 74 (setenta e quatro) cursos em 2019 para 138 (cento e trinta e oito) cursos em 2022. Destaca-se que esse foi o 1º ano do governo Bolsonaro, que estabeleceu uma política de destruição da educação superior pública e notadamente contra qualquer tipo de educação de viés crítico. Outrossim, o período entre 2020 e 2022 também compreendeu a pandemia do Coronavírus, sendo um momento de oportunidades de ampliação dessa modalidade de ensino para as empresas que exploram a educação superior como negócio.

Enquanto os cursos EaD deram tal “salto”, os cursos presenciais privados de Serviço Social foram reduzidos de forma significativa a partir de 2019. De 2006 (176 – cento e setenta e seis cursos) a 2018 (360 – trezentos e sessenta cursos) tais cursos vieram em um movimento de crescimento. Em 2019, decresceram: caíram para 356 (trezentos e cinquenta e seis cursos), em 2019, e chegaram a 281 (duzentos e oitenta e um) cursos (Tabela 1 e Gráfico 1).

Quanto aos cursos públicos (todos presenciais), estes cresceram de forma substancial, entre 2007 (50 – cinquenta cursos) e 2012 (72 – setenta e dois cursos) – período do REUNI – e se mantiveram em 70 (setenta) cursos no ano de 2022 (Tabela 1 e Gráfico 1).

Tabela 1: Cursos de Serviço Social por modalidade de ensino e natureza jurídica (2006 a 2022)¹⁹

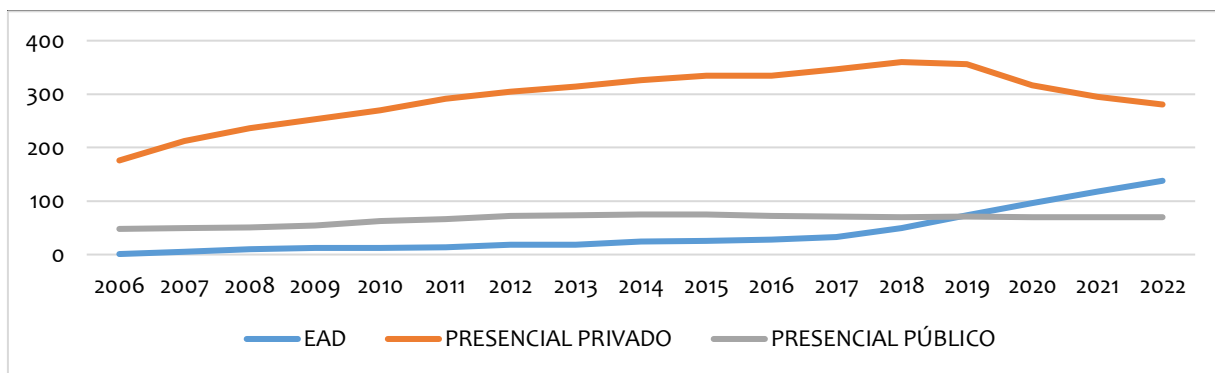
ANO	EAD	PRESENCIAL PRIVADO	PRESENCIAL PÚBLICO
2006	1	176	48
2007	5	212	50
2008	10	236	51
2009	12	253	54
2010	13	270	63
2011	14	292	66
2012	18	304	72
2013	18	314	73
2014	24	326	75
2015	26	334	75
2016	28	335	72
2017	33	347	71
2018	50	360	70
2019	74	356	71

¹⁹ Os cursos ofertados à distância estão inseridos em instituições de natureza jurídica privada. No entanto, entre os anos de 2009 e 2018, havia um curso de Serviço Social de natureza pública, vinculado à instituição pública estadual (UNITINS), que foi fechado por uma série de irregularidades, como a cobrança de mensalidades, o que é vetado constitucionalmente para instituições públicas. Cf. <https://educacao.uol.com.br/noticias/2009/07/22/unitins-pode-ter-cursos-descredenciados-mec-pede-transferencia-de-65-mil-alunos.htm>. Acesso em 28 out. 2024.

2020	96	316	70
2021	118	295	70
2022	138	281	70

Fonte: elaboração das autoras, com base nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior (2006 a 2022).

Gráfico 1: Cursos de Serviço Social por modalidade de ensino e natureza jurídica (2006 a 2022)



Fonte: elaboração das autoras, com base nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior (2006 a 2022).

Na Tabela 2 e no Gráfico 2, podemos visualizar o quantitativo de vagas ofertadas, de acordo com a modalidade de ensino. É possível observar que as vagas em cursos presenciais de Serviço Social (públicos e privados)²⁰ não chegaram a triplicar, de 2006 (22.884 vagas) a 2022 (61.222 vagas). Nos anos de 2019 e 2020, houve uma queda importante nas vagas ofertadas em cursos presenciais, subindo novamente em 2021 e decrescendo em 2022, conforme demonstra a curva do gráfico.

Em relação às vagas ofertadas em cursos EaD, o movimento é ascendente — apesar da diminuição de vagas no ano de 2011 — com 51.836 vagas, em 2007, para 246.489, sendo 4 vezes maior a oferta de vagas em cursos EaD (246.489) do que nos presenciais (61.222).

Esse dado — relativo às vagas ofertadas pelas instituições — ilustra a expectativa dessa oferta, especialmente aquelas com finalidades lucrativas, quanto ao seu processo de expansão e, assim, de oportunidades de mercado.

Tabela 2: Vagas em cursos de serviço social por modalidade de ensino (2006 a 2022)

ANO	EAD	PRESENCIAL
2006	S/I ²¹	22.884
2007	51.836	30.331
2008	159.594	33.703
2009	107.440	34.637
2010	102.160	36.098

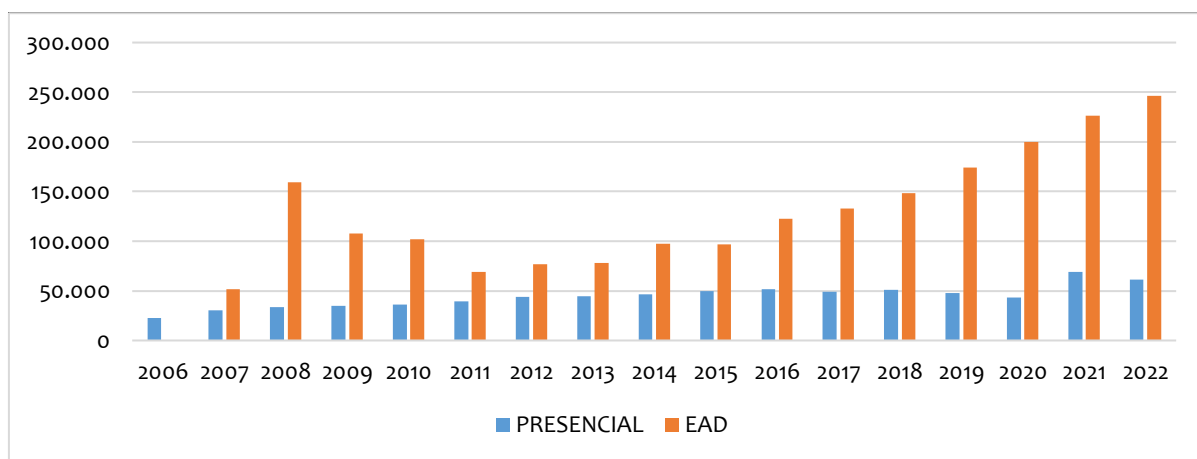
²⁰ O quantitativo de vagas não está disponível por natureza jurídica, mas por modalidade de ensino. Somente nas Sinopses de 2021 e 2022 é possível obter a informação relativa às vagas, por natureza jurídica e por modalidade de ensino. Contudo, para manter o padrão, desde o ano de 2006, nosso recorte temporal, optamos por apresentar os dados relativos às vagas somente por modalidade de ensino.

²¹ Sem informação. Em 2006 foi aberto o 1º curso à distância em Serviço Social e temos, nesse ano, somente a informação relativa aos ingressantes.

2011	68.742	39.290
2012	76.652	44.137
2013	78.251	44.374
2014	97.526	46.763
2015	97.060	49.428
2016	122.785	51.453
2017	132.895	49.081
2018	148.379	51.184
2019	173.856	47.929
2020	199.745	43.561
2021	226.527	68.865
2022	246.489	61.222

Fonte: elaboração das autoras, com base nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior (2006 a 2022).

Gráfico 2: Vagas em cursos de Serviço Social por modalidade de ensino (2006 a 2022)



Fonte: elaboração das autoras, com base nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior (2006 a 2022).

Quanto às matrículas, os cursos EaD ultrapassaram desde 2008 os cursos presenciais, somados, públicos e privados. Apreende-se que a formação ocorre principalmente nos cursos EaD, que, em 2022, corresponderam a mais do que o triplo de matrículas dos cursos presenciais (tabela 3 e gráfico 3).

Tabela 3: Matrículas em cursos de Serviço Social por modalidade de ensino e natureza jurídica (2006 a 2022).

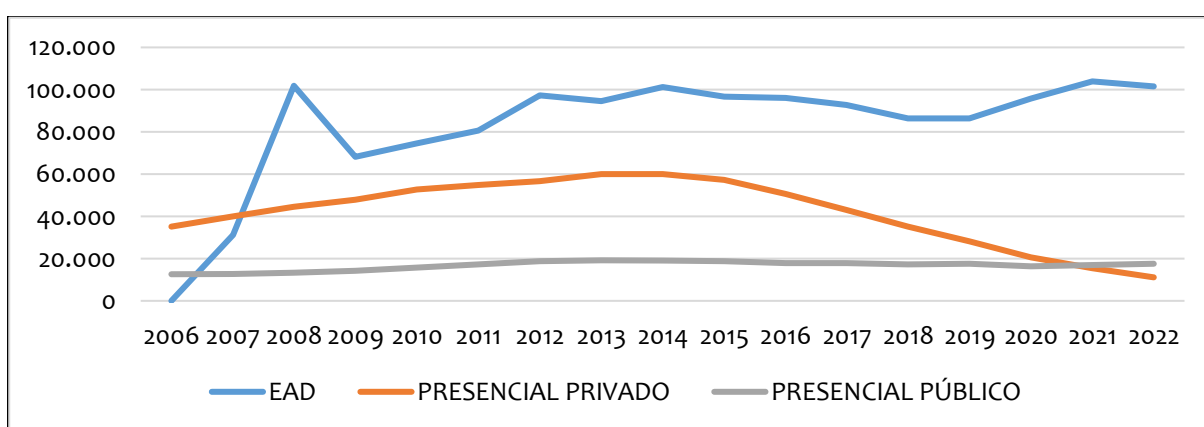
ANO	EAD	PRESENCIAL PRIVADO	PRESENCIAL PÚBLICO
2006	S/I ²²	35.092	12.602
2007	31.115	39.921	12.847
2008	101.890	44.474	13.200
2009	68.055	48.025	14.099
2010	74.474	52.848	15.876
2011	80.650	54.710	17.309
2012	97.428	56.731	18.820

²² Sem informação. Em 2006 foi aberto o 1º curso à distância em Serviço Social e temos, nesse ano, somente a informação relativa aos ingressantes.

2013	94.595	59.972	19.191
2014	101.272	60.010	19.097
2015	96.638	57.165	18.766
2016	96.055	50.753	17.883
2017	92.781	43.020	17.747
2018	86.447	35.271	17.277
2019	86.391	28.024	17.454
2020	95.787	20.551	16.277
2021	103.907	15.297	16.890
2022	101.512	11.129	17.701

Fonte: elaboração das autoras, com base nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior (2006 a 2022).

Gráfico 3: Matrículas em cursos de Serviço Social por modalidade de ensino e natureza jurídica (2006 a 2022).



Fonte: elaboração das autoras, com base nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior (2006 a 2022).

Essa tendência se mantém ao observar o quantitativo de ingressantes, visto que, desde 2007 (37.727, trinta e sete mil setecentos e vinte e sete), os cursos EaD superaram os presenciais. Nessa direção, embora a partir de 2009 (22.811, vinte e dois mil oitocentos e onze) o número de ingressantes em cursos EaD tenha apresentado um declínio — sem alcançar, até o ano de 2022 (62.762, sessenta e dois mil setecentos e sessenta e dois), o patamar de 2008 (77.286, setenta e sete mil duzentos e oitenta e seis) — observa-se um importante padrão de crescimento, evidenciando que o ingresso nos cursos de Serviço Social se efetiva predominantemente por tal modalidade de ensino. Destacam-se os anos de 2021 (7.314, sete mil trezentos e quatorze) e 2022 (7.202, sete mil duzentos e dois), que registraram uma queda expressiva no número de ingressantes nos cursos presenciais (Tabela 4 e Gráfico 4), o que provavelmente se relaciona com a pandemia do Coronavírus.

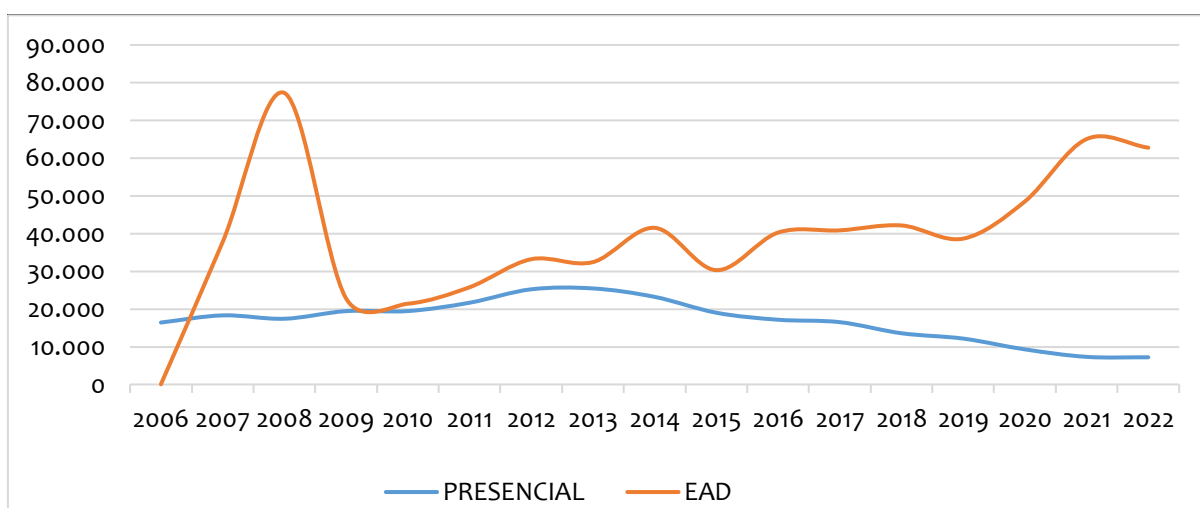
Tabela 4: Ingressantes em cursos de Serviço Social por modalidade de ensino (2006 a 2022)

ANO	EAD	PRESENCIAL
2006	52	16.415
2007	37.727	18.312
2008	77.286	17.423
2009	22.811	19.444
2010	21.410	19.459
2011	25.762	21.663

2012	33.206	25.221
2013	32.430	25.453
2014	41.523	23.218
2015	30.301	19.011
2016	40.265	17.157
2017	40.848	16.517
2018	42.153	13.576
2019	38.654	12.155
2020	48.508	9.302
2021	65.050	7.314
2022	62.762	3.101

Fonte: elaboração das autoras, com base nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior (2006 a 2022).

Gráfico 4: Ingressantes em cursos de Serviço Social por modalidade de ensino (2006 a 2022)



Fonte: elaboração das autoras, com base nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior (2006 a 2022).

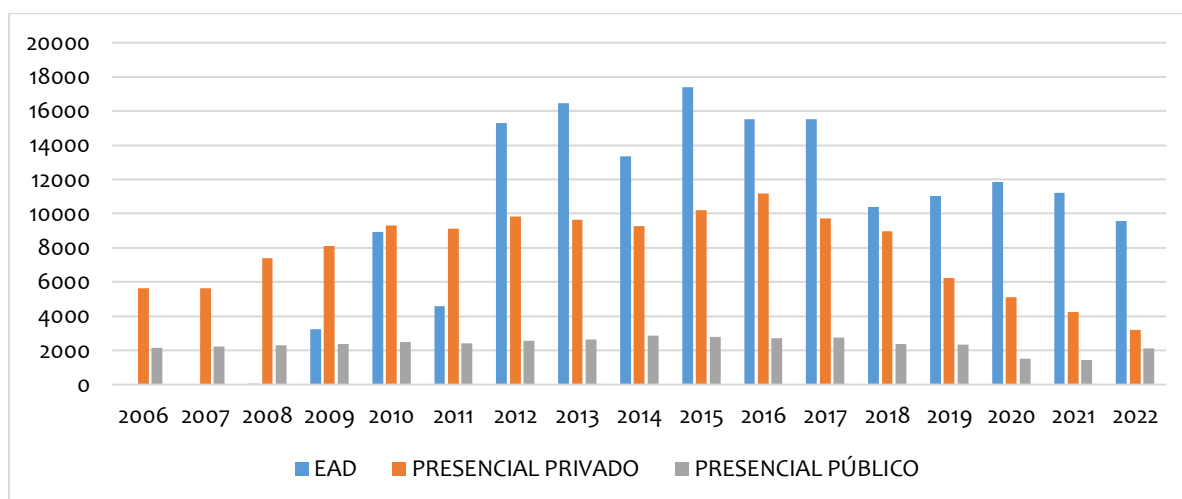
Por fim, chama-nos a atenção o movimento relacionado aos concluintes (Gráfico 5 e Tabela 5). Em 2012, foi a primeira vez que se registra o quantitativo maior de concluintes EaD do que aqueles formados em cursos presenciais. Se tomarmos o ano de 2008, quando a área teve os primeiros concluintes formados à distância (46 – quarenta e seis) e o ano final do período analisado, 2022 (9.556 – nove mil quinhentos e cinquenta e seis), a taxa de crescimento foi da ordem de 36.654%.

Ao passo que os concluintes em cursos presenciais privados vêm em um movimento contrário aos dos cursos EaD: de 2006 a 2016, o quantitativo de concluintes em cursos privados presenciais cresceu: de 5.636 (cinco mil seiscentos e trinta e seis), em 2006, para dez anos depois, 11.179 (onze mil cento e setenta e nove). Um crescimento, em uma década, de 98,3%. Destarte, os concluintes em cursos privados presenciais vêm sofrendo queda importante desde o ano de 2017 (quando o quantitativo passou a 9.702 – nove mil setecentos e dois – concluintes) a 2022 (reduzidos os concluintes para 3.196 – três mil cento e noventa e seis), uma redução de 67% no número de concluintes em cursos presenciais privados.

Por sua vez, os cursos públicos — ainda que tenham tido redução importante nos anos de

2020 e 2021, anos da pandemia do Coronavírus — mantiveram o quantitativo de concluintes de forma constante, se considerarmos o longo período, de 2006 a 2022, na faixa de 2.130 (dois mil cento e trinta) concluintes.

Gráfico 5: Concluintes em cursos de Serviço Social por modalidade de ensino e natureza jurídica (2006 a 2022).



Fonte: elaboração das autoras, com base nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior (2006 a 2022).

Tabela 5: Concluintes em cursos de Serviço Social por modalidade de ensino e natureza jurídica (2006 a 2022).

ANO	EAD	PRESENCIAL PRIVADO	PRESENCIAL PÚBLICO
2006	S/I ²³	5.636	2.137
2007	S/I ²⁴	5.638	2.238
2008	46	7.402	2.314
2009	3.243	8.091	2.368
2010	8.925	9.287	2.505
2011	4.574	9.123	2.396
2012	15.307	9.813	2.554
2013	16.446	9.646	2.642
2014	13.343	9.279	2.850
2015	17.396	10.204	2.787
2016	15.526	11.179	2.698
2017	15.516	9.702	2.753
2018	10.393	8.952	2.382
2019	11.016	6.230	2.357
2020	11.867	5.118	1.527
2021	11.209	4.259	1.424
2022	9.556	3.196	2.130

Fonte: elaboração das autoras, com base nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior (2006 a 2022).

²³ Não havia ainda concluintes em cursos EaD, visto que os primeiros ingressantes datam do ano 2006.

²⁴ Idem.

Conclusão

A política educacional voltada para o nível superior de ensino no Brasil, como assinalamos na introdução do artigo, reforçou, historicamente, o setor privado, e, a partir dos anos 1990 até a atualidade, o setor privado-mercantil. Tal setor utiliza-se no EaD para além de uma modalidade: esse configura-se como uma estratégia de expansão e maximização de lucratividade. Ainda que as matrículas na educação superior, de forma geral, estejam concentradas majoritariamente em cursos presenciais, a tendência é de um crescimento e ultrapassagem das matrículas EaD em relação às presenciais²⁵.

No Serviço Social, especificamente, assistimos a uma expansão abrupta de matrículas, principalmente após a abertura dos cursos ofertados à distância. Desde a abertura dos primeiros cursos de Serviço Social ofertados nessa modalidade, pesquisadores e entidades da categoria vêm alertando para a fragilização da formação²⁶, indicando ser incompatível uma formação de qualidade em cursos ofertados à distância, dada a ausência de aspectos fulcrais, tais como:

- (i) a não realização do Estágio com Supervisão Acadêmica presencial e de acordo com os critérios apresentados pela Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 2010);
- (ii) a ausência do tripé ensino, pesquisa e extensão;
- (iii) a inexistência de relação dialógica entre discentes e corpo docente variado, o que não é a proposta, em si, do formato EaD;
- (iv) a não utilização de bibliografia usada comumente nos cursos presenciais, visto que os cursos EaD ofertam, geralmente, apostilas e textos condensados, sem acesso do discente às obras originais;
- (v) uma formação que, decorrente do formato e da distância entre corpos docentes e discentes, possibilita parcamente o debate, aspecto crucial para proporcionar uma formação sólida e crítica, desconstruindo pré-conceitos;

O que aqui consideramos essencial afirmar é que, para além de uma modalidade de ensino, o EaD reconfigura o *perfil de profissional* formado. Nas condições de formação via EaD, afirmamos que um perfil de assistente social radicalmente diferente do que propugna a ABEPSS vem sendo formado e, na atualidade, é esse o perfil de egresso predominante que o mercado de trabalho vem recebendo²⁷. Cabe registrar e refletir que o assistente social

²⁵ O Resumo Técnico da Educação Superior 2022 informa a existência de 9.443.597 de matrículas, sendo 5.112.663 em cursos presenciais e, 4.330.934, em cursos à distância. De acordo com o documento: “A participação de matrículas de graduação presenciais em 2022 é de 54,1% (5.112.663) e a participação de matrículas a distância, que também avança em relação a 2021, é de 45,9% (4.330.934)” (Brasil, 2024, p. 25).

²⁶ “É fundamental ressaltar ainda que a precarização do processo formativo não atinge somente os/as graduandos/as em serviço social na modalidade de EaD, mas também aqueles/as que cursam a formação presencial. Contudo, face às peculiaridades do EaD, como a massificação do ensino no que diz respeito ao quantitativo de matrículas em tal modalidade de ensino, a ausência de vivência acadêmica, de contato direto e presencial com um corpo docente amplo e da inexistência da relação ensino, pesquisa e extensão, aprofunda-se a fragilização do processo formativo” (CFESS/ABEPSS/ENESSO, 2014, p. 11–12).

²⁷ Conforme analisamos, no Gráfico 5 e na Tabela 5, os dados relativos aos concluintes dos cursos de Serviço

possui, em seu cotidiano profissional, um papel político-pedagógico fundamental, que pode fortalecer determinado projeto ético-político. Isto é, tal profissional pode ser um mero executor terminal de políticas públicas, reforçando uma perspectiva minimalista de atendimento às necessidades sociais, tecnicista e, também, moralizadora da “questão social”. Mas pode, ao contrário, buscar as alternativas possíveis para o melhor atendimento aos usuários dos diferentes serviços sociais, na direção de democratização da vida social.

O projeto de perfil de assistente social defendido pela ABEPSS é o de um profissional com sólida formação intelectual e crítica e competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política²⁸, o que se distancia das condições concretas de formação da maioria dos assistentes sociais no país, que vêm ocorrendo em instituições privadas, com finalidades mercantis, que se utilizam do EaD como estratégia de lucratividade, sem maiores preocupações com o processo formativo.

Cabe-nos, aqui, lembrar do perfil de assistente social aprovado pela categoria profissional, após amplos debates promovidos pela ABEPSS, na segunda metade dos anos 1990²⁹, que indicava a necessidade de graduar assistentes sociais com uma *formação intelectual e cultural generalista crítica, comprometido com os valores e princípios do Código de Ética do Assistente Social*:

PERFIL DO BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de *formação intelectual e cultural generalista crítica*, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. *Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social* (Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, 1999, p. 1, grifo nosso).

Contudo, tal perfil exigido pela ABEPSS foi radicalmente reconfigurado, tanto do *ponto de vista legal*, com o enxugamento das exigências formativas, a começar pelas Diretrizes Curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2002³⁰ quanto do *ponto de vista da realização do processo formativo cotidianamente*, com uma série de problemas relacionados à qualidade do mesmo, já brevemente pontuados acima.

O perfil de egresso almejado pelas Diretrizes oficiais, isto é, que todo curso de Serviço Social precisa seguir, é, pois, enxuto e exclui aspectos fundamentais defendidos pela ABEPSS, como a formação intelectual e cultural generalista crítica e o compromisso com

Social.

²⁸ Cf. ABEPSS (1996).

²⁹ A Associação lançou, em 2021, edição comemorativa aos 25 (vinte e cinco) anos de aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Cf. publicação ABEPSS (2021).

³⁰ O enxugamento ocorre pelo conteúdo do que se quer em relação à formação de tal profissional. A ABEPSS elaborou, em 1996, documento detalhado sobre o perfil de profissionais (ABEPSS, 2021). O documento precisou ser “enxugado” para envio ao Conselho Nacional de Educação (CNE), sendo reduzido para 09 (nove) páginas (Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, 1999). Por sua vez, ao ser aprovado pelo CNE, passou para 03 (três) páginas (CNE/MEC, 2022).

os valores e princípios do Código de Ética do Assistente Social.

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho (CNE/MEC, 2002, p. 1).

Outra alteração — central — diz respeito ao Estado, que, nas Diretrizes aprovadas pelo CNE/MEC, sai de cena: se nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS o profissional “[...] atua nas expressões da questão social, [...] por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais” (ABEPSS, 1996, p. 1), nas Diretrizes aprovadas pelo CNE trata-se de atuar “[...] nas expressões da questão social, [e] [...] promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho”. Ou seja, aqui não há mais políticas públicas, mas a necessidade de usar a “criatividade” e a “proposição” para a inserção dos usuários no mercado de trabalho, em consonância com a difusão de ideologias como a do empreendedorismo³¹.

No contexto da produção flexível, amplia-se a substituição de trabalhadores por capital morto e extinção e a flexibilização de direitos, não cabe garantir o direito ao emprego. Trata-se de educar para a Empregabilidade e esta depende de cada um. Também desaparece do vocabulário social e pedagógico o termo qualificação. Esta estava ligada a emprego e a um conjunto de direitos dos trabalhadores os quais contavam com sindicatos fortes que defendiam seus interesses. O empregável forma-se por competências e estas são aquelas requeridas pelo mercado. O trabalhador, individualmente, que busque estar atento ao que o mercado espera dele. Por consequência quem deve, de forma gradativa, orientar, inclusive as escolas estatais públicas, os currículos, os conteúdos e os métodos de ensino e de avaliação são institutos vinculados aos setores produtivos privados. Mas se o desejo for ser patrão de si mesmo, o recado cínico é: busque ser empreendedor (Frigotto, 2015, p. 221).

Tal enxugamento, pois, não é meramente casual, mas se relaciona com o contexto de produção flexível — aludido por Frigotto (2015) — e com o avanço, nos anos 1990 e início do século XXI, da implementação de políticas neoliberais, de uma política educacional pautada na lógica mercantil e na pedagogia das competências, o que se desdobrou, na particularidade da profissão, em um perfil enxuto e direcionado ao tecnicismo. Isto é, da necessidade de um perfil de profissional que saiba manejar técnicas de controle das parcelas mais pobres da classe trabalhadora, para que estas usem da forma “devida” os poucos recursos sociais e que tais recursos sejam direcionados para os mais pobres dentre os mais pobres, numa perspectiva antiuniversalista.

Temos argumentado que tal perfil de profissional é condizente com a formação realizada por meio do EaD e de cursos presenciais privados de baixa qualidade, visto que estes prescindem de condições concretas para uma formação crítica e, quiçá, de qualidade. Cabe destacar que a baixa qualidade não é um atributo somente dos cursos de Serviço Social ofertados à distância, mas, como são aqueles que diplomam a maioria dos egressos, conforme demonstramos, a preocupação centra-se neles. Bielschowsky (2018), ao analisar

³¹ Cf. o texto de Frigotto (2015), que analisa o avanço de tais ideologias no campo da Educação e como elas se relacionam com a pedagogia das competências, estudadas por Ramos (2001).

o caso do curso de Serviço Social — devido à alta concentração de matrículas em poucas instituições e, ainda, às baixas notas no ENADE, afirma:

Os resultados do Enade obtidos nesses cursos [EaD, de Serviço Social] situam-se bem abaixo da média dos cursos presenciais, que é de 2,58. Em outros termos, quase 50% da oferta do curso de Serviço Social está concentrada em quatro IES, cujos alunos tiveram média no Enade de 2016 de apenas 1,3, indicando precarização da área. Talvez esses números expliquem, em parte, a forte reação contra a oferta de EaD pelo Conselho Nacional de Assistência Social e de várias outras associações que representam a área (CFSS) (Bielschowsky, 2018, p. 14).

As baixas notas no Enade, concentradas em cursos EaD ofertados por poucas instituições, nos sinalizam a fragilização do processo formativo, o que facilita que tais discentes, ao ingressarem enquanto profissionais no mercado de trabalho, tenham poucos instrumentais crítico-analíticos para dar respostas às requisições das instituições empregadoras e às demandas dos usuários. Dessa forma, a tendência é que as respostas profissionais pendam para as requisições de empregadores, muitas vezes direcionadas ao corte e/ou restrições das demandas dos usuários, em um contexto mais amplo de restrição de direitos.

O acompanhamento e conhecimento, por meio de pesquisas, sobre o processo formativo de tais profissionais é essencial, para, de um lado, subsidiar a luta pela formação de assistentes sociais com tripla competência — teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política — associada a uma formação crítica e intelectual mais ampla, o que exige, por outro lado, a luta pelo fortalecimento da educação superior pública como direito social universal, caminho mais do que necessário para enfrentar as históricas desigualdades de um país como o Brasil.

Referências

ANDIFES/FONAPRACE (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior/Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis). **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES – 2018.** Uberlândia, maio de 2019. Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2019/06/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecono%CC%82mico-dos-Estudantes-de-Graduac%CC%A7a%CC%83o-das-U.pdf>. Acesso em: 12 set. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.** Rio de Janeiro, novembro de 1996. Edição comemorativa trilingue – 25 anos das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_202303021650422939500.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Política Nacional de Estágio.** Brasília, 2010. Disponível em: http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/politica_nacional_es-tagio.pdf. Acesso em: 02 ago. 2024.

BARRETO, R. G. Política educacional brasileira e o Ensino a Distância (EaD) como estratégia expansionista. In: VALE, A. A. do; PEREIRA, L. D. (org.). **O ensino a distância na formação em Serviço Social: análise de uma década**. Rio de Janeiro: E-papers, 2019. Disponível em: https://www.e-papers.com.br/produto/o_ensino_a_distancia_na_formacao_em_servico_social/?v=dc634e207282. Acesso em: 18 set. 2024.

BIELSCHOWSKY, C. E. Qualidade na Educação Superior a Distância no Brasil: Onde Estamos, para Onde Vamos? **Revista EaD em Foco**, v. 8, n. 1, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18264/eadf.v8i1.709>. Acesso em: 18 set. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 set. 2024.

BRASIL. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – 2006 a 2022**. Disponíveis em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior>. Acesso em: 18 set. 2024.

BRASIL. **Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 18 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, 2001b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/LEIS_2001/L10260.htm#:~:text=LEI%20No%2010.260%2C%20DE%2012%20DE%20JULHO%20DE%202001.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Fundo%20de,Superior%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 18 set. 2024.

BRASIL. **Universidade: expandir até ficar do tamanho do Brasil**. Brasília, 2005a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/expansao/revistaexpansao.pdf>. Acesso em: 25 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, 2005b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm. Acesso em: 18 set. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Brasília, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm. Acesso em: 25 out. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 18 set. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 18 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 18 set. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2022.** Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em: 18 set. 2024.

CFESS/ABEPSS/ENESSO. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social.** Brasília: CFESS/ABEPSS/ENESSO, 2014. v. 2. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf. Acesso em: 19 set. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (CNE/MEC). **Resolução nº 15, de 13 de março de 2002.** Diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social. Disponível em: https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2016/03/documento_201603311141012990370.pdf. Acesso em: 19 set. 2024.

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes curriculares.** Curso: Serviço Social. Brasília, 1999. Disponível em: https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2016/03/documento_201603311140412406970.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Revista Trabalho Necessário**, v. 13, n. 20, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.13i20.p8619>. Acesso em: 19 set. 2024.

GIOLO, J.; LEHER, R.; SGUISSARDI, V. **Future-se:** ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado. São Carlos, SP: Diagrama Editorial, 2020. Disponível em: <https://vsguissardi.com.br/livro/future-se-ataque-a-autonomia-das-instituicoes-federais-de-educacao-superior-e-sua-sujeicao-ao-mercado/>. Acesso em: 16 set. 2024.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **A educação brasileira na Bolsa de Valores:** impactos da pandemia e do capital. São Paulo: Expressão Popular, 2023. Disponível em: <https://expressaopopular.com.br/livraria/a-educacao-brasileira-na-bolsa-de-valores-impactos-da-pandemia-e-do-capital-disponivel-apenas-em-pdf/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

LEHER, R. **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019. Disponível em: <https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Autoritarismo-contra-a-Universidade-Expressao-Popular.pdf>. Acesso em: 16 set. 2024.

PEREIRA, L. D. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. **Revista Katálisis**, v. 1, p. 268–277, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HfkmbnSgtsFvmk4c8fM5CXP/>. Acesso em: 20 set. 2024.

PEREIRA, L. D. Expansão dos cursos públicos de Serviço Social entre os anos de 2003 e 2016: desafios para a formação profissional. **Revista Katálisis**, v. 21, p. 189–199, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/8gkrwSRDKy5QZ6YxjYC39fB>. Acesso em: 16 set. 2024.

PEREIRA, L. D. **Educação e Serviço Social: da Igreja ao empresariado.** Uberlândia/MG: Editora Navegando, 2022. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/servico-social-e-educacao>. Acesso em: 16 set. 2024.

PEREIRA, L. D.; FERREIRA, A. T. S. La Educación a Distancia como estrategia expansionista de la educación superior y del Trabajo Social brasileño. **Revista de Trabajo Social**, v. 98, p. 75-86, 2023. Disponível em: <https://revistatrabajosocial.uc.cl/index.php/RTS/article/view/61275>. Acesso em: 16 set. 2024.

RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001.

SGUISSARDI, V. **Expansão da Educação Superior e Desmonte do Sistema de Produção Científica e Formação de Pesquisadores no Brasil.** In: PEREIRA, L.; BARBOZA, D. (org.). *Contrarreformas e Expropriação de Direitos no Terreno da Ortodoxia Liberal: Perspectivas críticas para a análise da realidade brasileira.* Uberlândia: Navegando, 2023. p. 18–62. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_8fffcdb68f3749d58e9e9befe4b36b.pdf. Acesso em: 16 set. 2024.

VALE, A. A. do; PEREIRA, L. D. (org.). **O ensino a distância na formação em Serviço Social: análise de uma década.** Rio de Janeiro: E-papers, 2019. Disponível em: https://www.e-papers.com.br/produto/o_ensino_a_distancia_na_formacao_em_servico_social/?v=dc634e207282. Acesso em: 18 set. 2024.

Submetido em: 18/9/2024
Revisto em: 25/5/2025
Aceito em: 31/5/2025